

A CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE 1689

Gilson Santos *

“Diante de Deus, dos anjos e dos homens, declarando nossa sincera concordância com eles [presbiterianos e congregacionais] nesta sã doutrina protestante que, com tão claras evidências das Escrituras, eles afirmaram.”

(Batistas, no preâmbulo de sua Confissão de Fé, Londres, 1677)

No século XVI, com a dinastia *Tudor*, temos na Inglaterra um estado caracterizado pela burocratização, uma centralização da administração, estabilidade e paz interna, conseguidas sem a manutenção de um exército permanente, maior disponibilidade de recursos da sociedade para investimentos produtivos, uma rede nacional de mercados, e o Rei como grande proprietário de terras. O *Ato de Supremacia* de 1559 criava o Estado Anglicano na Inglaterra, reagindo contra o universalismo papal.

A segunda metade do século XVI é de notável desenvolvimento econômico, com pouquíssima oposição do Parlamento, raras vezes convocado. Os Tudors procurarão postergar os conflitos sociais, e conseguiram um certo consenso entre as pressões no campo. O consenso perdurou até a substituição dos Tudors pelos Stuarts no início do século XVII.

Ainda no tempo da rainha Elizabeth I (1558-1603) o puritanismo cresceu a ponto de se tornar uma grande força no fim do seu reinado. Todos os esforços da rainha para reduzir os “puritanos” ao anglicanismo foram inúteis, de tal forma que era bastante confusa a situação na Inglaterra no fim do século XVI. Porém, foi no período dos reis *Stuarts* que a questão puritana tornou-se o grande problema. Mesmo com todas as divergências internas, pelo tempo dos *Stuarts*, a Inglaterra era a campeã do Protestantismo europeu.

1. A Monarquia Stuart e o Parlamento Inglês

Em 1603, com a extinção da linhagem Tudor e o advento da dinastia Stuart, criou-se uma situação política fundamentalmente nova para a monarquia, pois a subida ao trono de James I (James VI, para os escoceses) permitiu que a Escócia, pela primeira vez, ficasse ligada à Inglaterra numa união pessoal. O impacto da Escócia sobre o padrão de desenvolvimento inglês mostrou-se inicialmente muito tênue, devido precisamente à distância histórica entre as duas formações sociais; mas, em longo prazo, “viria a se revelar de grande importância para os destinos do absolutismo inglês”.¹

A dinastia Stuart, transplantada para a Inglaterra, perseguiu, no entanto, os ideais da realeza absolutista que eram então regra geral de todas as cortes da Europa ocidental. James I (que reinou de 1603 a 1625), habituado a um país onde os magnatas territoriais faziam a sua própria lei e o Parlamento pouco valia, defrontava-se agora com um reino onde o militarismo da alta nobreza tinha sido vergado; porém, o monarca não conseguiu enxergar a transferência de poder que havia ocorrido, onde o Parlamento inglês representava um lugar central. Nesse tempo, o Parlamento representava as forças mais progressistas da sociedade. Crescendo em

* O autor é bacharel em teologia e licenciado em história, pastor evangélico batista, ocupando atualmente o ministério pastoral na Igreja Batista da Graça, em São José dos Campos, SP. Cooperou na equipe editorial da revista “Fé para Hoje” da Editora Fiel, e exerce a função de presidente da Comunhão Reformada Batista no Brasil (CRBB), período 2004/2005.

¹ Cf. ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, pp. 111-142.

importância, visto que sob os *Tudors* se tornara instrumento de governo, de política geral, o Parlamento agora procurava transformar seu poder de direito num poder de fato. O regime jacobino², entretanto, manifestou sensível desprezo e incompreensão do Parlamento inglês. A orientação do governo monárquico não teve, na Inglaterra, uma resistência similar à escocesa e irlandesa, onde as aristocracias locais foram persuadidas por uma política de clientela astutamente exercida pelo rei. Com efeito, a estrutura social subjacente na Inglaterra começava a escapar de seu controle.³

A grande parcela dos puritanos defendia a proteção à propriedade, do comércio e indústria e às liberdades do Parlamento, contra os despotismos do Rei e seus ministros. Extremamente dinâmico, o ideário puritano penetrará amplamente em meio a toda sorte de camadas mais inferiores da sociedade, e tendia à predominância. Assim, os vários movimentos, surgidos na Inglaterra durante o século XVII (“Revolução Puritana”, “Protetorado de Cromwell”, “Revolução Gloriosa”), expressaram, entre outras coisas, a disputa entre os reis Stuarts e o Parlamento. “Os problemas econômicos, sociais e políticos misturaram-se aos religiosos”, diz Arruda.⁴

Podemos concordar em que Deus preparou condições políticas, sociais e econômicas que estimularam, em algum grau, a causa protestante. Não restam dúvidas de que grande parte da expansão do protestantismo na Inglaterra deveu-se ao apoio do braço político. E o lado negativo também é verdadeiro: a causa protestante foi grandemente prejudicada quando recebeu tenaz oposição nas contra-marchas políticas. Não obstante, é grave equívoco olvidar a genuína motivação espiritual dos puritanos ingleses. Seu propósito era uma profunda alteração na vida da Igreja, e um retorno à pureza do cristianismo bíblico. Para o bem ou para o mal, há de se reconhecer, porém, que a expansão ou não-expansão do protestantismo inglês no século XVII deveu muito à correlação de forças políticas e militares, e, em alguns momentos, até mais do que a ação evangelizadora.

Na área econômica, definiu-se um período de estagnação no início do século XVII. E a crise econômica agravava o mal estar social. A retração mercantil tendia a paralisar a produção industrial, cujos efeitos multiplicadores se irradiavam pelo campo. Há uma crise de crescimento, que se manifesta em todos os indicadores de conjuntura e, muito especialmente, nas agitações sociais.

No reinado de James I ocorreram atritos, de que a Conspiração da Pólvora e a emigração puritana para a América, e de corpos separatistas para a Europa Continental constituem reflexos. Entretanto, foi no reinado de Charles I (1625-1649) que os antagonismos se aguçaram. O rei nomeou William Laud (1573-1645) arcebispo de Canterbury que queria uniformidade em todas as igrejas e perseguia os puritanos ingleses e presbiterianos escoceses.

² O nome *James*, versão inglesa de *Tiago* e tradução da forma grega, é o mesmo nome *Jacó* (tradução da forma hebraica). À propósito: atualmente, na maioria das traduções em português, os nomes são mantidos em inglês (i. e., James, Elizabeth, etc), ou recebem a forma castelhana (Jaime, Isabel, etc).

³ Eric Hobsbawn, historiador inglês, definiu o século XVII como a última fase da transição da economia que ele chama feudal, para uma economia francamente capitalista. É um século de uma crise gravíssima: mergulharão nela, de forma desigual, vários países e regiões da Europa. Cf. HOBBSAWN, Eric J. “The Seventeenth Century in The Development of Capitalism”, In: GENOVESE, E. D. *The Slave Economies*, vol. I, Nova York: 1973.

⁴ Cf. ARRUDA, José Jobson de. *A Revolução Inglesa*. Coleção: Tudo é História, 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, 102 pp. Cf. ainda HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta Cabeça*; ideais radicais durante da Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 482p. Cf. também *A Revolução Puritana*. Lisboa: Editorial Presença, s.d., 115p. Hill, historiador inglês marxista, ligado à História Social Inglesa, dá ênfase às transformações sociais e intelectuais, principalmente nos extratos sociais inferiores da população inglesa neste período. Sua tese é que teria havido “a ameaça de uma outra revolução, completamente diferente. Seu eventual sucesso lograria estabelecer a propriedade comunal e uma democracia mais ampla. No terreno ideológico, poderia ter derrubado a Igreja Anglicana Estatal e rejeitado a ética protestante”.

Há todo um empenho da monarquia em aprisionar os líderes que se lhe opunham. A oposição entre a Monarquia Stuart e os Puritanos, representados politicamente pelo Parlamento, resultou na Guerra Civil Inglesa entre os cavaleiros do Rei e os Puritanos ou *Cabeças-Redondas* (*Roundheads*). A guerra civil teve início em 1642 e terminou em 1645.

À frente do exército puritano estava Oliver Cromwell. Comandando as forças parlamentaristas, Cromwell promoveu uma reviravolta na organização militar da época, tornando-a muito mais eficiente. A ascensão nos postos começou a ser feita por merecimento e não por nascimento, como antes. As massas camponesas começaram a engrossar o exército, inclusive influenciando no curso dos acontecimentos.

Muito disciplinado, o exército de Cromwell acabou por se tornar uma força política poderosa: ocupou cidades, pôs em fuga líderes do Parlamento e assumiu o controle da situação; destituiu a Câmara dos Lordes, aprisionou e depois mandou decapitar em praça pública o rei. Após a execução do Rei, Cromwell criou uma comunidade⁵ liderada por ele mesmo. Expurgou o Parlamento, vindo a dissolver o que restara deste em 1653. Fundou o protetorado e governou como ditador (“Lorde Protetor”), dominando todo o Império Britânico até 1658, graças à ajuda do exército.

Após a morte de Cromwell, houve toda uma série de intrincados eventos que culminou no retorno da monarquia Stuart em 1660. É o que se tem chamado de “A Restauração”. Com o Rei Charles II é adotado novamente o sistema episcopal. Um rígido código de leis, conhecido como *Código de Clarendon*, colocou os cargos da Igreja Oficial e do Estado nas mãos dos anglicanos e proibiu as reuniões dos puritanos. Por causa do *Ato de Uniformidade*, em 1662, que exigia total aceitação do *Livro de Orações* anglicano, em cada jota e til, nada menos que dois mil ministros presbiterianos, independentes e batistas foram obrigados a deixar suas igrejas e os puritanos se tornaram uma parte da tradição não-conformista da Inglaterra. Isto foi chamado de “A Grande Ejeção” (Expulsão).

Após um pequeno recesso na perseguição, em 1673 o Parlamento promulgou o *Ato do Teste*, o qual baniu não-conformistas de todas as repartições militares e civis. A perseguição recomeçou. Houve muito sofrimento por razões de consciência. Por exemplo, John Bunyan, batista, foi preso durante doze anos na Cadeia de Bedford e aí escreveu a alegoria intitulada *O Peregrino* (*Pilgrim's Progress*) que serviu de auxílio a muitas pessoas desde então.⁶

Sob o domínio de James II (1685-88), um católico devoto, houve a decisão de restaurar o catolicismo como religião oficial em seus reinos. Na Inglaterra, tratou ele de abrir caminho ao catolicismo decretando a tolerância religiosa. Esperava ganhar com isso o apoio dos grupos dissidentes. Mas o sentimento anticatólico entre os últimos era tal que se negaram a aceitar o *Edito de Tolerância*, ainda que os beneficiasse grandemente.

Depois de três anos debaixo do domínio de James II, os ingleses se rebelaram e convidaram William, Príncipe de Orange, e sua esposa Mary, a ocupar o trono. Esta foi a chamada “Revolução Gloriosa”. William e Mary desembarcaram na Inglaterra em 1688 e James II fugiu para a França. E no ano seguinte, William e Mary foram proclamados soberanos da Inglaterra. O estado foi organizado numa base constitucional, reconhecendo a supremacia e a autoridade do Parlamento. A política religiosa de William e Mary foi, no geral, tolerante. A Igreja Anglicana foi aprovada como Igreja estabelecida. Mas o *Ato de Tolerância*, de 1689, aliviou a posição dos não-conformistas, embora as desigualdades continuassem ainda durante muitos anos. E, à partir de então, assiste-se a uma tendência à secularização, que será revertida em parte pelo “*Grande Despertamento*” no século XVIII.

⁵ “Commonwealth”, forma inglesa da expressão latina “*res publica*” (coisa pública).

⁶ Cf. *O Peregrino*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira, 2. ed. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2000, 235 p.

2. O Puritanismo Inglês

A Igreja de Cristo não vive, atua ou desenvolve-se num vácuo. Ela está, na esfera temporal, terrena e presente, atuando na sociedade humana. O Estado é uma realidade social; a Igreja também. Para os reformadores, tais como Lutero e Calvino, o Estado é ordenado por Deus e um dom para esta vida. Por conseguinte, os cristãos não devem menosprezá-lo, mas sim aceitá-lo. Por outro lado, estes mesmos reformadores insistiram em que o estado não pode ser considerado um fim em si mesmo; é primordialmente um meio. E acrescentaram que a obediência a Deus é mais importante que o dever para com o estado. Deste modo, se qualquer superior viola nossas obrigações religiosas, podemos negar-nos à submissão a ele.⁷ O homem deve lealdade a um Deus soberano, acima de todos os outros soberanos.

Os desenvolvimentos políticos na Inglaterra (e na América do Norte) estiveram particularmente vinculados com esta posição. Sobre esta base os reis ingleses foram freqüentemente resistidos (e não apenas passivamente) e o Império foi transformado.

Qual deve ser o relacionamento da Igreja com o Estado? A que demandas ela está sujeita? Estas perguntas estiveram no cerne da questão puritana.

Na Inglaterra, assim como em diversos países do Velho Mundo, o protestantismo estabeleceu-se como religião oficial. Neste caso, a Igreja vivia a tensão de ser, ao mesmo tempo, uma expressão da Sociedade Civil e uma repartição pública. Isso muitas vezes limitou sua autonomia e sua capacidade de reivindicar e inovar, vivendo experiência bastante semelhante à Igreja Oriental com o *cesaropapismo*⁸. É fácil perceber o quanto isto é absurdo quando lemos 1 Timóteo, capítulo 3, em que toda liderança (presbíteros e diáconos) na Igreja de Cristo deve ser de caráter espiritual exemplar. Quando o papa conferiu a Henrique VIII o título de “O Defensor da Fé” o rei não pôde conter-se de alegria e, caracteristicamente, seu “bobo da corte” lhe disse: “Meu bom Harry, defendamo-nos um ao outro, e deixe que a fé se defenda sozinha”.⁹ Porém, a tradição na Igreja da Inglaterra, é que o monarca seja cabeça daquela igreja. A ligação com o Estado, que tinha sido um recurso de sobrevivência nos tempos da Reforma, viria a se constituir, depois, em um fardo e um entrave.¹⁰

O termo “puritano” se refere a uma particular posição protestante, que encontrou expressão na Inglaterra (e Nova Inglaterra) na última parte do século XVI e no século XVII. O ponto de vista da maioria deles representava uma tradição calvinista vital. Porém, calvinistas ou não, os puritanos se caracterizavam por uma intensa experiência do Deus vivo, nutrida exclusivamente na Bíblia e expressa em todos os seus pensamentos e ações.

Parte que era da Reforma Protestante, o puritanismo britânico começou como um movimento especificamente eclesiástico. Os puritanos não estavam acordes, de maneira alguma, no tocante ao verdadeiro padrão eclesiástico. Mas concordavam em que tal questão deve ser resolvida em estrita adesão ao texto bíblico. Seus oponentes (anglicanos) consideravam isto um *biblicismo* radical - uma ênfase exclusiva e estreita sobre a Bíblia, que olvidava a importância histórica da Igreja. Os puritanos, por sua parte, insistiam em que eles estavam retornando ao estado original da Igreja.

⁷ Cf. CALVINO, João. *Institutas da Religião Cristã*, II, viii, 38.

⁸ O rei como chefe da Igreja, ou “papismo cesáreo”. Após a Reforma, esta posição tem sido historicamente chamada de “erastianismo”, que deriva seu nome do teólogo suíço Thomas Erastus (1524-83), embora um tanto indevidamente.

⁹ HULSE, Erroll. *Quem foram os Puritanos?...e o que eles ensinaram?*. São Paulo: PES – Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2004, pp. 234-235.

¹⁰ Cf. DILLENBERGER, J & WELCH, C. *El Cristianismo Protestante*. Trad. Castelhana por SOSA, A . F., Buenos Aires: La aurora, 1958, 306 p.

Na Igreja da Inglaterra, “O Tratado Elizabetano” (também conhecido como “O Acordo Elizabetano”), reuniu a *doutrina* da reforma ou calvinista, e a continuação da *liturgia* e (aos olhos dos puritanos) a *forma de culto* católica, e um *governo eclesiástico* episcopal.¹¹ Na perspectiva puritana isso significava uma “reforma pela metade”. Eles desejavam “purificar” a igreja dos vestígios restantes de cerimônia, ritual e hierarquia católicos. Essa luta de início com a Igreja do estado rapidamente se ampliou para incluir outras áreas da vida pessoal e nacional. “O puritanismo começou com uma reforma litúrgica, mas desenvolveu-se numa atitude distinta em relação à vida”, diz Davies.¹²

1.1. O PRESBITERIANISMO INGLÊS NÃO ERA SEPARATISTA

Na Inglaterra, depois do primeiro grupo importante de puritanos anglicanos,¹³ vinham os *presbiterianos*, conduzidos pelo professor de Cambridge, Thomas Cartwright (1535 ?-1603). Este grupo cria que a experiência de Genebra e o padrão eclesiástico da Escócia representavam o conceito neotestamentário da igreja. Porém, o propósito não era a separação da igreja estabelecida da Inglaterra, mas que essa Igreja fosse purificada e purgada dos restos de corrupção romanista. Criam eles que na Igreja da Inglaterra o ministério não estava adequadamente preparado, nem corretamente constituído, e que o *Livro de Oração* tinha muitos restos do romanismo... Em suma, que a Igreja devia abandonar sua posição de “metade de caminho” entre Genebra e Roma.

Os puritanos apelaram ao Parlamento para que este mudasse o modelo eclesiástico estabelecido por Elizabeth, a fim de criar uma verdadeira igreja reformada. E se nem a rainha nem os bispos estavam dispostos a reformá-la, o Parlamento então devia fazê-lo. A rainha insistiu em manter a situação religiosa tal como estava. Então os presbiterianos deram outros passos. Organizaram grupos de ministros que se reuniam para estudar e expor a Bíblia. Às vezes se incluía também os “leigos”. A rainha, por sua vez, insistiu na supressão desses grupos. Os presbiterianos foram mais longe e procuraram introduzir na própria Igreja da Inglaterra seus princípios de governo eclesiástico. Ministros de orientação presbiteriana eram ordenados ao episcopado, porém não aceitavam uma congregação se não tinham a expressa aprovação desta. Chamavam-se a si mesmos “pastores” ao invés de “sacerdotes”, e em diversas regiões se reuniam para exortar-se uns aos outros na fé e na prática. Insistiam em que os ministros regulares deviam pregar, ensinar, administrar os sacramentos e admoestar e corrigir os crentes quando fosse necessário.

A questão tornou-se tão grave para a harmonia do reino que, já na dinastia Stuart, o Parlamento convocou um Concílio, conhecido na história como a *Assembléia de Westminster*, para preparar uma nova base de doutrina e forma de culto e governo eclesiástico, que deveria servir para a Igreja do Estado nos Três Reinos (Inglaterra, Escócia e Irlanda).

A confissão de fé elaborada pelos teólogos de Westminster se revelou nitidamente de orientação calvinista. Era uma confissão que se adequava brilhantemente ao Protestantismo Reformado (Calvinista), mas que se chocava frontalmente com a forma de governo eclesiástico na Igreja da Inglaterra. O Parlamento, por conseguinte, não conseguiu o que almejava quando nomeou os membros do Concílio. A Confissão de Fé foi aprovada, mas por pouco tempo a Igreja Presbiteriana foi nominalmente a Igreja do Estado na Inglaterra.

¹¹ RYKEN, Leland. *Santos no Mundo*; os puritanos como realmente eram. São Paulo: Editora Fiel, 1992, pp. 22-23.

¹² DAVIES, Horton. *The Worship of The English Puritans*. Dacre: Westminster, 1948, p. 9, *apud* RYKEN, *op. cit.*

¹³ Alguns anglicanos no que se refere ao *padrão eclesiástico*, postulavam, entretanto, uma *ética* puritana.

Os puritanos ingleses de orientação presbiteriana, portanto, almejavam uma Igreja Oficial. Eles sustentavam uma doutrina de cooperação entre a Igreja e o Estado: a Igreja ajuda o Estado na esfera do Estado e o Estado ajuda a Igreja na esfera da Igreja. A Assembléia de Westminster rejeitou a posição erastiana, concluindo, portanto, que a Igreja e o Estado têm suas esferas separadas, porém coordenadas, cada um na sua própria província, mas comprometidos entre si para a mútua cooperação, visando a glória de Deus. Originalmente, a *Confissão de Fé de Westminster* trazia, no capítulo XXIII, que trata do “Magistrado Civil”, uma seção ensinando essa necessidade:

(...) É de seu dever [do magistrado civil] providenciar para que a unidade e a paz sejam preservadas na Igreja; que a verdade de Deus seja guardada pura e íntegra; que todas as blasfêmias e heresias sejam banidas; que todas as corrupções e abusos em culto e disciplina sejam prevenidos e reformados; que todas as ordenações de Deus sejam devidamente estabelecidas, administradas e observadas. E para melhor desempenho disto, ele tem o poder de convocar sínodos, estar presente a eles e providenciar para que tudo o que neles seja feito o seja conforme o Espírito de Deus (...).¹⁴

1.2. O CONGREGACIONALISMO INGLÊS ERA PREDOMINANTEMENTE NÃO-SEPARATISTA

Ainda que fossem os presbiterianos o corpo mais numeroso de puritanos, havia outros grupos cuja posição era consideravelmente diferente. Os *Independentes* ou *Congregacionais* também queriam purificar a Igreja sem separar-se dela. Todavia, seu conceito de igreja se caracterizava pela ênfase na congregação local como um corpo independente de crentes, não sujeita nem ao sistema presbiteriano nem ao episcopal. Houve congregacionalistas que defendiam a separação entre Igreja e Estado, todavia o congregacionalismo inglês tem suas raízes mais ligadas a este congregacionalismo puritano do que ao congregacionalismo separatista.

No tocante à natureza da igreja, contudo, os congregacionais ingleses estavam fundamentalmente de acordo. A profissão de fé era a condição *sine qua non* para pertencer à igreja. Isto não se entende, todavia, que a todos os que decidiam ser membros da igreja era-lhes permitido formar parte dela no sentido pleno. Somente aqueles cuja profissão passava à prova podiam ser admitidos plenamente à igreja. Não bastava o nascimento, nem sequer a própria decisão. A igreja estava alicerçada sobre um pacto de crentes consagrados, o que assegurava que ela expressava o espírito do Senhor. Daí que o ingresso numa comunidade tal requeria-se a aprovação dos outros membros pactuados.

Tais comunidades de fé operam em lugares particulares. Por definição, segundo esta maneira de crer, a Igreja é a congregação local. Daí o termo “congregacionalistas” – aqueles que criam que a igreja é o corpo local, em função. E, visto que a Igreja era a igreja local, e eram os crentes que tomavam as decisões, havia nas congregações uma tendência para a democracia. Porém, a responsabilidade estava enfocada fortemente sobre uma liderança preparada. Desconfiava-se da emoção, ainda que não da vitalidade, e valorizava-se a instrução. Portanto, a política eclesiástica dos congregacionais refletia uma tentativa de instituir uma estrutura na qual todos os crentes estivessem em pé de igualdade, mas, não

¹⁴ Cf. SCHAFF, P. *The Creeds Of Christendom*, III, Londres, 1877. Ao formar-se a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América do Norte, em 1788, essa seção foi omitida, pois ali entendeu-se que a Igreja deveria estar livre de toda a união com o Estado, sendo ambos livres e independentes na esfera que lhes pertence, valendo-se os presbiterianos, à ocasião, de conceitos congregacionais e batista, tais como estes haviam exposto em suas confissões de fé.

obstante, colocava responsabilidade sobre um grupo de oficiais. Este procedimento particular era evidentemente razoável, tanto no aspecto religioso como prático. Tomava em consideração o fato de que em Cristo não há distinções essenciais, e também salientava que, por outro lado, há diferenças de vocações e preparação.

Henry Jacob (1563-1624) pode ser considerado fundador dos Independentes ou Congregacionais puritanos. Jacob foi um dos signatários da *Petição Milenar* a James I, em 1603, que pedia uma mudança do episcopado na Inglaterra. Ele foi preso por crer que cada congregação da Igreja Oficial devia ser livre para escolher seu próprio pastor, determinar seu programa e administrar seus negócios. Emigrou para a Holanda e depois retornou para a Inglaterra, onde pastoreou uma congregação de independentes em Southwark, de 1616 a 1622.

Alguns ministros independentes estavam incluídos na Assembléia de Westminster, onde ficaram conhecidos como os “irmãos dissidentes”, em meio a um grupo principalmente de presbiterianos. Quando a Assembléia chegou ao fim, o país estava em confusão, em virtude da guerra entre o Parlamento e o rei Charles I. E um número sempre crescente de defensores da causa do Parlamento recusava-se a impor a forma presbiteriana de governo. Muitos deles eram Congregacionais. Havia vários outros grupos que também discordavam. Estes desejavam plena liberdade religiosa, nada de conformidade. Fosse presbiteriana ou qualquer outra, a escolha deveria ser livre.

Quando o rei foi executado e o exército tomou o poder, seu comandante, Oliver Cromwell, era um independente. O puritanismo congregacional, de começo humilde, foi aos poucos se firmando sob a liderança de Cromwell, até se tornar o partido dominante, mais forte que o presbiterianismo.

Durante a curta existência desse governo, os negócios da igreja ficaram numa fase de incerteza. Havia certa tolerância religiosa, defendida por Cromwell. Não uma liberdade total, porém muito mais ampla do que aquela até então existente. Não se permitia liberdade ao romanismo ou ao sistema episcopal (a antiga forma da Igreja inglesa), pois ambos eram considerados politicamente perigosos. Havia igrejas de diversos corpos, principalmente presbiterianas, congregacionais e batistas.

Em 1658, uma Conferência de ministros congregacionais foi realizada no Palácio de Savoy, Londres, para definir a posição dos Independentes. Eles formularam um acordo calvinista conhecido como *Declaração de Savoy*. Nesta Declaração foi adotada a Confissão de Fé de Westminster, com omissões e alterações. Um prefácio próprio foi redigido, bem como trinta artigos sobre a Ordem (“*The Institution of Churches, and the Order Appointed in them by Jesus Christ*”), os quais estabelecem os princípios do congregacionalismo.¹⁵ Um dos líderes mais proeminentes na Conferência de Savoy foi John Owen, que tem sido chamado de “O Príncipe dos Puritanos”. Owen, que chegou a ser o capelão de Cromwell e vice-chanceler da Universidade de Oxford, participou como membro da Assembléia de Westminster. Outros nomes, como Thomas Goodwin, Phillip Nye, William Bridge, Joseph Caryl, William Greenhill e John Howe, que também participaram da Assembléia de Westminster, estavam entre esta liderança eclesiástica não-presbiteriana. Estavam representadas na Conferência de Savoy 120 igrejas.

¹⁵ Consulte online http://www.reformed.org/documents/Savoy_Declaration/ [capturado em novembro de 2004], que traz o texto da Declaração de Savoy, inclusive com comparações com o texto da Confissão de Westminster, na qual aquela baseou-se amplamente.

3. O Separatismo Inglês e os Batistas

Como já foi dito, alguns congregacionais eram separatistas. Tinham a convicção de que permanecer na Igreja da Inglaterra não trazia em si nenhum bem. Estes separatistas qualificavam os não-separatistas como aqueles que demoravam, esperando que os magistrados empreendessem a Reforma. Achavam injustificável tal espera. Em 1567 alguns separatistas foram presos. Estes achavam que não poderiam livremente seguir a Palavra de Deus dentro da estrutura da Igreja da Inglaterra.

O primeiro defensor notável das idéias separatistas na Inglaterra foi Robert Browne (1550-1633), estudante de Cambridge, e que recebeu o grau em 1572. Começando como presbiteriano, depois adotou os princípios separatistas, e fundou, junto com um amigo, uma igreja independente em 1581. Por sua pregação resultou ser preso várias vezes. Emigrou, junto com seu grupo, para os Países Baixos, onde, em 1582 publicou alentado volume contendo três tratados: “*Tratado da Reforma sem Esperar por Ninguém...*” Nesta obra, Browne descrevia a verdadeira Igreja como formada de crentes reunidos por sua própria vontade. De acordo com Browne, a única Igreja é o agrupamento local de crentes em Cristo por experiência, unidos a Ele e uns aos outros por um pacto voluntário. Igreja assim tem Cristo como cabeça imediata, e é governada por oficiais e leis que Ele designou. Cada uma se autogoverna e escolhe seus oficiais, conforme determina o Novo Testamento; mas cada membro é responsável pelo bem-estar do todo. Nenhuma igreja tem autoridade sobre outra, mas todas se devem auxiliar fraternalmente.¹⁶

O programa separatista desafiava por igual à Igreja e ao Estado. Era uma declaração de que em matéria eclesiástica os magistrados não tinham nada a dizer. A Igreja não era uma igreja do lugar ou nação, que incluía a todos os nascidos nela. Era, verdadeiramente, a comunidade dos crentes que entravam num pacto sobre a base de sua profissão de fé.

O congregacionalismo de Browne se assemelha, até certo ponto, às idéias anabatistas, conquanto Browne demonstra não dever algo a eles. Browne também não chegou ao ponto de rejeitar o batismo infantil. No final de sua vida bastante tumultuada, parece que se conformou (ao menos exteriormente) à Igreja estabelecida, em outubro de 1585. Passou o resto de sua vida como ministro da Igreja Anglicana. Mas indicara princípios que sobreviveriam a ele e influenciariam a outros grupos.

Os princípios de um congregacionalismo avançado foram adotados por um grupo em Gainsborough, em 1606. Ao contrário dos congregacionais independentes, estes separatistas não tinham qualquer relação com a Igreja Oficial. Devido à perseguição, assim como vários outros, o grupo de Gainsborough emigrou para Amsterdã em 1606/1607, sob a liderança de John Smith (c. 1565-1612), onde foi bastante influenciado pelos Menonitas, ramo posterior do *Anabatismo* continental. Em 1609 Smith batizou-se a si mesmo, a Thomas Helwys (c. 1550-1616) e aos outros 40 membros do seu rebanho.¹⁷ Alguns desta congregação se tornaram menonitas, inclusive Smith, após um longo período de negociação para inclusão neste grupo.

Thomas Helwys, John Mürton e seus seguidores voltaram à Inglaterra em 1612 e organizaram, nos arredores de Londres, o que alguns consideram ser a primeira Igreja Batista em solo inglês. Este grupo praticava o batismo por afusão e sustentava as doutrinas arminianas, com as quais tinha se familiarizado durante a controvérsia arminiana na Holanda,

¹⁶ WALKER, W. *História da Igreja Cristã*. Vol. II. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP e ASTE, 1983, pp. 141-142.

¹⁷ O método de batismo foi a “afusão”. “Afundir” ou “efundir” consiste no *derramamento* de água sobre o batizando, que alguns, mais rigorosamente, preferem distinguir da “aspersão” (“borrifar”, “salpicar”), chamando atenção para a quantidade de água e para o método.

onde, ainda, o arminianismo não havia sido considerado heresia.¹⁸ Por conta de sua teologia arminiana, esta igreja que se fixou em Spitalfield, ficou conhecida como dos "batistas gerais". Desta Igreja surgiram muitas outras. Apesar de suas afinidades religiosas com o anabatismo na Holanda, e das influências que dele recebeu, este grupo batista nutriu-se primordialmente na tradição separatista no terreno inglês.

Não se pode dizer que este grupo tivesse grande vocação para a reflexão teológica. Interessava-lhes a igreja como comunidade congregada, como subsequente ao batismo apenas dos crentes, e a separação da Igreja e Estado. A semelhança dos Congregacionais, estes batistas criam que a igreja era a comunidade de um pacto, na qual todos estavam em um mesmo pé de igualdade, serviam uns aos outros e levavam as cargas uns dos outros. Isto implicava uma estrutura rigidamente democrática. Entre alguns destes, qualquer que tivesse o Espírito poderia ser ministro, desde que fosse chamado e eleito; mais tarde, outros batistas exigirão requisitos educativos mínimos, tal como entre os congregacionais. Por certo as estruturas democráticas não excluem a educação de ministros. Contudo, muitos batistas insistiam em que a preparação não se coaduna com a operação do Espírito. Estes batistas eram sensíveis às distintas classes e níveis que a educação pode produzir, mesmo na comunidade da graça. Muitos deles pertenciam aos extratos econômicos inferiores da sociedade, e tinham grande sensibilidade à diferenciação social.

Da mesma forma que os anabatistas, os batistas chegaram à convicção de que era essencial o batismo dos crentes. Se a Igreja era uma comunidade de crentes que haviam entrado em um pacto mútuo, o batismo devia ser praticado a uma idade na qual se pudesse entrar no pacto por uma decisão responsável. Certamente a forma de batismo era menos importante que a ênfase sobre a decisão e a fé como a chave para o ato. O batismo não comunicava graça em si mesmo, mas consistia de uma "ordenança" simbólica de uma regeneração que havia tido lugar.

O grupo mais forte de batistas calvinistas ou "particulares" originou-se em Londres, em 1633. A congregação independente de Henry Jacob, depois de sua morte, foi conduzida por John Lathrop. Este sofreu severas perseguições (e até aprisionamento) por parte do Arcebispo Laud, e fugiu com trinta membros de sua congregação para a Nova Inglaterra. Lathrop foi sucedido por Henry Jessey (1601–63), teólogo eminente entre os puritanos, que veio a ser batizado em junho de 1645 por Hanserd Knollys (1599-1691).

Esta congregação independente de Soutwark sofreu algumas divisões, quase sempre em torno da questão do batismo. Em 1633, um grupo separou-se amigavelmente, afirmando que somente os regenerados devem ser batizados. John Spilsbury tornou-se pastor deste grupo. Esta congregação tornou-se a primeira igreja batista calvinista, também chamada batista "particular", devido à sua doutrina da expiação. Na década de 1640, vários membros desta congregação, e talvez alguns da igreja pastoreada por Jessey, chegaram à convicção de que o batismo por afusão ou por aspersão, quer administrado a adultos ou a crianças, não era a forma de batismo praticada pelos apóstolos. Eles sustentavam o batismo dos crentes por imersão. Foi esta congregação, de teologia calvinista, e primeiro dirigida por John Spilsbury, que se fez a mais influente do movimento batista inglês. "Os antecedentes do movimento batista norte-americano podem ser encontrados neste grupo", afirma Earle Cairns.¹⁹

¹⁸ Somente em 1618, o *Sínodo de Dort*, reunido nos Países Baixos, declarará o arminianismo como não consentâneo com a Palavra de Deus e, por conseguinte, com a fé reformada. Cf. PACKER, J. I. *O "Antigo" Evangelho; Um Desafio para Redescobrir o Evangelho Bíblico*. Tradução de *Introductory Essay to John Owen's The Death of Death In The Death of Christ*. 1. ed. São Paulo: Editora Fiel, 1986, pp. 4-7.

¹⁹ CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo Através dos Séculos; Uma História da Igreja Cristã*. 2. ed. São Paulo: Edições Vida Nova, 1988, p. 276.

O rápido crescimento do sentimento batista na área de Londres, já pelo ano de 1640, resultou em sérias oposições a este grupo. Vários escritos de linguagem ofensiva apareceram no período de 1642-44, cada qual procurando instigar suspeitas populares contra os batistas e confundir as pessoas a respeito de sua identidade. Buscando reagir contra esta situação, e distinguir a si mesmos dos difamados *Anabatistas* e dos *Batistas Gerais*, em 1644, quinze pastores das igrejas particulares, incluindo os eminentes Spilsbury, William Kiffin e Hanserd Knollys, redigiram uma Confissão de Fé. Esta, com 53 artigos, é considerada uma das mais notáveis confissões batistas de todos os tempos. Sete igrejas particulares adotaram esta *Primeira Confissão Londrina*, que em grande parte antecipou a dos presbiterianos, a *Confissão de Fé de Westminster* (1648). Esta foi a primeira Confissão moderna do Oeste Europeu a requerer a imersão como o único modo de batismo. Caracterizava-se ainda por forte teologia calvinista e pela defesa de liberdade religiosa. De fato, foi a primeira publicação de um documento oficial da doutrina da liberdade de consciência, representando uma associação de igrejas. Embora recebida com ceticismo em círculos não-batistas, a Confissão ajudou a doutrinar o inglês com visão batista, e a disseminar a fé. Uma segunda edição em 1646 foi instrumento para assegurar tolerância legal para o movimento. Várias outras edições apareceram no século XVII.²⁰

Diferentemente dos anabatistas, os batistas se acomodavam às demandas do estado e o apoiavam, participando nos deveres da cidadania, enquanto não estivesse em jogo a liberdade religiosa. Entre alguns congregacionais ingleses a liberdade religiosa era uma necessidade, mais que uma convicção. Deparavam-se de um lado com os anglicanos, e pelo outro, com os presbiterianos, ambos decididos a ter uma Igreja nacional. Para os batistas, porém, a questão da liberdade religiosa revelou-se uma questão de profunda convicção religiosa. Visto que a igreja era uma associação estritamente voluntária, qualquer decisão governamental com respeito à vida da mesma atentava contra sua própria natureza. Entre os perigos de uma aliança entre ambos estava a perda da vitalidade da igreja. Esta somente podia conservar-se quando a igreja era um grupo definido de verdadeiros cristãos, recebendo o sustento das despesas eclesiásticas apenas dos fiéis, em contraste com as Igrejas do Estado, que tratavam de incluir a todos, mais propriamente pelo fato do nascimento do que por convicções cristãs.

Se a separação aparecia entre os batistas como algo essencial à vitalidade da igreja, era, não menos importante, para a genuína liberdade de consciência em matéria de crenças. Os batistas estavam convencidos de que as provas doutrinárias violavam os direitos daqueles cujas consciências os guiavam, ante Deus, a convicções diferentes. Portanto, a liberdade de crença e expressão religiosas era para os batistas uma convicção fundamental. Seu conceito de Deus e sua relação com o homem a exigiam. Para os batistas, o princípio da decisão individual na relação com Deus significava a completa liberdade de cada indivíduo quanto à sua fé. Muitos batistas, fundados nesta ênfase na vida dos indivíduos cristãos, rejeitavam liturgias “prontas” e “impostas”, e não tinham simpatia pelas orações escritas. As orações deveriam expressar a fé do indivíduo e ser “espontâneas”.

Os batistas sentiam que a causa parlamentar de Oliver Cromwell era, entre outras coisas, a da liberdade religiosa e civil. Deste modo, foram zelosos e ativos no exército, e isto indicava a diferença entre eles e os Menonitas, que eram pacifistas. Os oficiais batistas, treinados na ciência da guerra, pregavam muitas vezes, substituindo os capelães.

²⁰ Cf. LUMPKIN, William L. *Baptist Confessions of Faith*. 1. ed. Filadélfia: The Judson Press, 1959, pp. 144-171. Ver também BETTENSON, H. *Documentos da Igreja Cristã*. 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP; São Paulo: ASTE, 1983, pp. 282-283.

4. A Confissão Batista de 1689

Após a “Restauração”, e consequência direta do *Ato do Teste* em 1673, a renovação da perseguição aproximou grupos em dissensão, em especial aproximou Batistas e Congregacionais dos Presbiterianos. Os Presbiterianos, então muito numerosos na Inglaterra, desafiaram um ato²¹ da monarquia, e fizeram com que a execução da lei fosse impossível. Observando o sucesso dos presbiterianos, outros dissidentes foram encorajados. Além disso, era importante que os não-conformistas formassem uma frente unida, que poderia ser demonstrada por uma mostra de acordos doutrinários entre eles. O documento que seria a melhor prova deste acordo estava em mãos. Era a *Confissão de Fé de Westminster*. Esta era a Confissão oficial da Igreja da Escócia, foi adotada pelo Parlamento inglês em 1648, e era a doutrina crida e defendida pelos presbiterianos ingleses.²² Também os congregacionais a haviam adotado na *Conferência de Savoy* em 1658, depois de fazer algumas alterações em conformidade com os pontos de vista de suas igrejas.

Os Batistas Particulares de Londres e arredores determinaram, então, mostrar seus acordos com Presbiterianos e Congregacionais fazendo da *Confissão de Westminster* a base de uma nova confissão batista. Uma carta circular foi enviada às Igrejas Batistas Particulares na Inglaterra e País de Gales, solicitando-as a enviarem mensageiros para uma Reunião Geral em 1677. Ao realizar-se o encontro, tomou-se conhecimento que William Collins, ministro de uma igreja de Londres, havia trabalhado sobre o documento de Westminster, alterando onde achou necessário. Neste mesmo encontro o produto do trabalho de Collins foi aprovado e a Confissão foi editada em nome dos representantes reunidos. Estes se identificaram como procedentes de várias "*congregações de cristãos, batizados mediante profissão de sua fé, em Londres e no País de Gales*". Seu propósito foi claramente manifestado, conforme declaração introdutória:

Os batistas concordam com os presbiterianos e congregacionais em todos os artigos fundamentais da religião cristã (...) e não têm qualquer desejo de entrar a religião com novas palavras, antes dão prontamente o seu assentimento a essas palavras sãs, em harmonia com as Escrituras Sagradas, e que foram utilizadas pelos que nos precederam; declaramos por este meio, diante de Deus, dos anjos e dos homens, a nossa cordial concordância nas mesmas, na salutar doutrina cristã que, com tão clara evidência das Escrituras, tem sido afirmada.²³

Também o acordo com a Confissão Londrina de 1644 foi reivindicado na nota introdutória. Porém, a escassez de cópias, a ignorância geral acerca da Confissão, e a necessidade de uma mais completa e de maiores distinções e alento nas visões expostas por aquela, foram também razões apresentadas para o preparo desta nova Confissão.

Sendo baseada na *Confissão de Westminster*, uma das mais nobres declarações de crenças evangélicas, a Confissão de 1677 é muito mais completa e melhor ordenada que a de 1644. Ela também copia materiais da *Confissão de Savoy*, documento congregacional. Os ajustes e correções que foram feitos na *Confissão de Westminster* dão à Confissão seus traços

²¹ Foi o chamado “Ato do Conventículo”.

²² Cf. KERR, Guilherme. *A Assembléia de Westminster*. 2. ed. São Paulo: Editora Fiel e E. F. Beda (ed.), 1992, 30 p. Ver também *Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana*. 10. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, pp. 1-62.

²³ SCHAFF, Philip. *The Creeds of Christendom*. New York: Harper and Brothers, 1919, vol. I, p. 855.

distintivos batistas. E as duas confissões comparadas mostram os pontos em que convergiam presbiterianos e expressivo número de batistas na Inglaterra no século XVII.

Em 1689, logo após a ascensão de William e Mary ao trono inglês, e ao *Ato de Tolerância* que foi publicado em 24 de maio, sete pastores Batistas Particulares londrinos²⁴ enviaram, juntos, uma carta circular às Igrejas Batistas Particulares da Inglaterra e Gales, convocando-as para uma Assembléia Geral. E os assuntos da ordem do dia eram a consideração da baixa condição das igrejas e o problema da dificuldade ministerial. Em resposta à convocação, 107 igrejas enviaram mensageiros ao encontro em Londres, que foi realizado entre 3 e 12 de setembro. Esta primeira Assembléia Geral dos Batistas Particulares Ingleses, no curso de suas deliberações, aprovou a Confissão de 1677, conforme uma segunda edição que foi publicada em 1688. A Assembléia publicou a Confissão sem o apêndice da edição original, mas adicionou um preâmbulo "*em nome de toda a Assembléia*", como segue:

Nós Ministros e Mensageiros de mais de cem Igrejas Batistas da Inglaterra e Gales (que não postulam o Arminianismo), reunidos em Londres, do terceiro ao décimo dia do sétimo mês de 1689, para tratar de assuntos concernentes à glória de Deus e ao bem-estar destas congregações, deliberamos, para satisfação a todos os outros cristãos que diferem de nós no ponto do batismo, recomendar para seu exame a Confissão de Fé, que é nossa própria Confissão, contendo a doutrina de nossa fé e prática, e desejamos que os membros de nossas igrejas respectivamente façam uso dela para si mesmos e também a forneçam a outros.²⁵

O Dr. Arthur H. Lewis, professor de Antigo Testamento no Seminário Batista de Leiria, Portugal, escreveu:

De todos os credos batistas, foi esta confissão, de longe, a de maior destaque e a que de maior autoridade se revestiu (...) Começando com as Escrituras Sagradas e terminando com o julgamento final, os trinta e dois artigos deste credo não passam de uma recensão batista da famosa Confissão de Westminster (...). Quando aceitaram a Confissão de Westminster, baseando solidamente nesta o seu credo, os batistas proclamaram abertamente os seus íntimos laços com as outras denominações saídas da Reforma e sua tradição mútua. Ao mesmo tempo, porém, como demonstra o Apêndice em que se condenava o batismo infantil, proclamavam a sua posição distinta.²⁶

Analisadas comparativamente, a *Confissão de Fé de Westminster*, a *Declaração de Savoy* e *Confissão de Fé Batista de 1689* possuem a mesma essência e diferem somente em termos de governo da Igreja e no tocante ao batismo.

Pretendida como um instrumento apologético e educativo, a Confissão de 1689 se tornou uma das mais importantes de todas as confissões batistas. Novas edições foram preparadas.²⁷ Em 1697, Benjamin Keach, pastor da Horsleydown Church, Londres, que se associou a Collins na reedição da Confissão em 1688, trabalhou nela fazendo pequenas alterações. Com a cooperação do seu filho Elias, pastor em Tallow Chandler's Hall, Londres,

²⁴ William Kiffin, Hanserd Knollys, John Harris, George Barrett, Benjamin Keach, Edward Man, e Richard Adams.

²⁵ LUMPKIN, op. cit., p. 238, tradução nossa.

²⁶ LEWIS, Arthur H. "Os Credos Históricos dos Baptistas". REVISTA TEOLÓGICA. Leiria, Portugal: Seminário Teológico Batista, vol. III, n. 1, pp. 34-35. Jan. 1964.

²⁷ Em 1693, 1699, 1719, 1720, 1791, 1809, entre outros anos.

o documento foi publicado como Confissão de Fé das duas congregações. A *Confissão de Keach* (Keach's Confession) recebeu mais duas ênfases, resultantes das preocupações do seu autor, e que não constavam da Confissão em 1689. Benjamin Keach foi um inovador entre os Batistas Particulares, destacando-se sua particular concepção do canto congregacional.

Os primeiros batistas da Inglaterra não tinham nenhuma música; quando ela apareceu mais tarde era limitada ao cântico congregacional do Saltério. Todos os salmos metrificados eram cantados com poucas músicas. Em termos de adoração, a ênfase era na "simplicidade bíblica" - nenhuma música coral ou instrumental, nenhuma liturgia escrita, e nenhum simbolismo (vestimentas, movimentos litúrgicos, etc), em grande parte, seguindo o padrão de João Calvino em Genebra. Calvino era a favor dos salmos e contra os hinos, à luz do seu ditado: "Só a Palavra de Deus é digna de ser usada para o louvor de Deus". Desta forma, o culto batista na Inglaterra colocava ênfase na oração e na leitura e exposição da Palavra de Deus. Foi Benjamin Keach, um batista, quem introduziu pela primeira vez um hino de "composição humana" na cultura que só cantava salmos, na Inglaterra do século XVII. Em 1690, Keach teve grande dificuldade em persuadir a sua própria congregação a cantar o hino em uníssono. Porém, prevaleceu. Ele escreveu o primeiro hino para ser cantado no fim da Ceia do Senhor, "*segundo o exemplo de Cristo e Seus discípulos no cenáculo*".²⁸

Outra ênfase de Keach estava na imposição das mãos sobre os novos crentes. Ele defendeu "*a imposição de mãos como uma Ordenança Sagrada*" num livro escrito na década de 1670 e reeditado em 1697. Esta sua ênfase também custou-lhe algumas reações bastante antipáticas!

Aos trinta e dois artigos da Confissão de 1677/1689, Keach acrescentou mais dois, portanto: "Imposição de Mãos" e "Salmos e Hinos em Cultos". A Confissão de Keach continha, então, 34 capítulos, e algumas mudanças doutrinárias mínimas foram feitas em relação ao texto básico. Um apêndice sobre disciplina constituía-se em ataque vigoroso ao batismo infantil. No tocante à Ceia do Senhor, em 1689 a maioria das igrejas praticava a comunhão estrita, mas a diferença de prática foi tolerada, indicando, pois, uma falta de total acordo nesta questão.

A *Confissão de Keach*, que teve apenas uma edição na Inglaterra, achou seu caminho para a América possivelmente através da influência de Elias Keach, e tornou-se o corpo da *Confissão de Filadélfia*, a confissão batista calvinista dominante no Novo Mundo.

Três capítulos da histórica declaração doutrinária de 1689 podem ajudar os leitores a compreenderem as sólidas raízes doutrinárias da herança batista no tocante às doutrinas da graça.²⁹

Capítulo 3 - O DECRETO DE DEUS

1. Desde toda a eternidade, Deus mesmo decretou todas as coisas que iriam acontecer no tempo; e isto Ele fez segundo o conselho da sua própria vontade, muito sábia e muito santa. Fê-lo, porém, de um modo que Deus em nenhum sentido é o autor do pecado, nem se torna co-responsável pelo pecado, nem faz violência à vontade de suas criaturas, nem impede a livre ação das causas secundárias ou contingentes. Pelo contrário, estas são estabelecidas, e em tudo isso aparece a sabedoria de Deus em determinar todas as coisas; aparece o seu poder e sua fidelidade em fazer cumprir seu decreto.

²⁸ HUSTAD, Donald P. *A Música na Igreja*. 1. ed. reimp. São Paulo: Edições Vida Nova, 1991, *passim*.

²⁹ "*Fé para Hoje*"; Confissão de Fé Batista de 1689. 1. ed. São Paulo: Editora Fiel, 1991. Cf. também LUMPKIN, op. cit., pp. 254-265.

2. Embora Deus saiba tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias possíveis, Ele nada decretou por causa de seu pré-conhecimento do futuro ou daquilo que viria a acontecer em determinada situação.
3. Pelo decreto de Deus, para a manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados (ou preordenados) para a vida eterna através de Jesus Cristo, para o louvor da sua graça gloriosa; os demais são deixados em seu pecado, agindo para sua própria e justa condenação, e isto para o louvor da justiça de Deus.
4. Os anjos e os homens predestinados ou preordenados, estão designados de forma particular e imutável, e o seu número é tão certo e definido que não pode ser aumentado nem diminuído.
5. Dentre a humanidade, aqueles que são predestinados para a vida, Deus os escolheu em Cristo para a glória eterna, antes da fundação do mundo, e isto de acordo com seu propósito eterno e imutável, pelo conselho secreto e pelo beneplácito da sua vontade, apenas por sua livre graça e amor, sem que houvesse em suas criaturas qualquer coisa que servisse como causa ou condição para essa escolha.
6. Tal como Deus designou os eleitos para a glória, Ele também, mediante o propósito eterno e espontâneo da sua vontade, preordenou todos os meios para efetivar tal propósito; por isso os eleitos, achando-se caídos em Adão, são redimidos em Cristo e chamados eficazmente para a fé em Cristo, pela ação do Espírito Santo, no devido tempo para isso; e são justificados, adotados, santificados e guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação. Ninguém mais é redimido por Cristo, chamado eficazmente, justificado, adotado, santificado e salvo, senão unicamente os eleitos.

Capítulo 9 - O LIVRE ARBÍTRIO

1. Deus dotou a vontade humana com a liberdade e poder natural de agir por escolha, sem que seja forçada ou predeterminada por alguma necessidade natural para fazer bem ou mal.
2. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que era bom e agradável a Deus. Porém, esta era uma condição mutável, pois o homem podia decair dessa liberdade e poder.
3. O homem, com a queda no pecado, perdeu completamente toda a sua habilidade volitiva para o bem espiritual que caracteriza a salvação. Por isso, o homem natural é inteiramente adverso a esse bem, e está morto em pecados; ele não é capaz de se converter por seu próprio esforço, e nem mesmo se dispor para isso.
4. Quando Deus converte um pecador, e o transfere para o estado de graça, Ele o liberta da sua escravidão natural ao pecado, e, somente pela graça, o habilita a livremente querer e fazer aquilo que é bom espiritualmente. Mesmo assim, por

causa de certas corrupções que permanecem, o homem redimido não faz o bem perfeitamente e nem deseja somente aquilo que é bom, mas também o que é mau.

5. Somente no estado de glória a vontade do homem será transformada perfeita e imutavelmente, e será livre para fazer apenas o bem.

Capítulo 10 - A CHAMADA EFICAZ

1. Aqueles a quem Deus predestinou para a vida, Ele se agrada em chamar eficazmente, no tempo aceitável e por Ele mesmo determinado, por meio de sua Palavra e de seu Espírito; do estado natural de pecado e morte, para a graça e a salvação por Jesus Cristo. Isto Deus faz iluminando-lhes a mente de maneira espiritual e salvadora, para que compreendam as coisas de Deus; tirando-lhes a vontade e, pela sua onipotência, predispondo-os para o bem e trazendo-os irresistivelmente para Jesus Cristo. No entanto, eles vêm a Cristo espontaneamente e livremente, porque a graça de Deus lhes dispõe o coração para isso.

No início de seu ministério em Londres, no século XIX, Charles H. Spurgeon publicou a Confissão de 1689, recomendando-a de coração ao seu rebanho. E escreveu no preâmbulo:

Este pequeno volume não é publicado como uma regra autoritativa ou código de fé a que você tenha de estar agrilhoadado, mas como uma assistência para você nas controvérsias, como uma confirmação na fé e um meio de edificação na justiça. Neste volume os membros mais jovens de nossa igreja terão um compêndio de teologia em dimensões reduzidas, e, por meio de provas escriturísticas, estarão prontos a dar a razão da esperança que neles há.³⁰

CRONOLOGIA

- 1609: Smith batiza o seu grupo em Amsterdã
- 1611: Publicação da Versão Autorizada da Bíblia, ou seja, a Versão *King James*
- 1612: Primeira Igreja Batista em solo inglês - Os "Batistas Gerais"
- 1618: O Sínodo de Dort rejeita o arminianismo
- 1620: Os Peregrinos assinam o *Pacto de Mayflower*
- 1637: *Discurso do Método* de Descartes
- 1639: Roger Williams organiza a Primeira Igreja Batista nas colônias americanas
- 1640: A Igreja Batista Particular - O batismo por imersão
- 1640-1649: Guerra Civil Inglesa - "Revolução Puritana"
- 1644: *Primeira Confissão Londrina*: teologia calvinista, batismo por imersão, e liberdade religiosa
- 1648: *Confissão de Fé de Westminster* (presbiteriana)
- 1649: Execução do Rei Charles I/ Inicia-se a *Commonwealth*
- 1651: *Leviatã* de Thomas Hobbes
- 1660: "A Restauração": Os Stuarts reassumem o trono com Charles II
- 1660-1672: Na prisão, John Bunyam escreve *O Peregrino*
- 1662: O *Ato de Uniformidade* intensifica repressão aos "não-conformistas"

³⁰ *Ibidem*, prefácio.

1677: William Collins prepara recensão Batista da Confissão de Westminster: a *Segunda Confissão Londrina*

1685: O Duque de York torna-se James II

1688: James II é exilado durante a "Revolução Gloriosa"

1689: William e Mary sobem ao trono inglês/ *O Ato de Tolerância/ Recomendação da Segunda Confissão Londrina por uma assembléia de 107 igrejas batistas*

1690: *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* e *Ensaio Sobre o Governo Civil* de John Locke

1697: A Confissão Assembleiana (1689), com algumas alterações e acréscimos, é publicada em nome das Igrejas dos Keachs - *Keach's Confession*